

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PODER E ARQUITETURA: A ARQUITETURA
CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL FINANCEIRO EM TRÊS
GRANDES CIDADES GLOBAIS**

PAULA PARNES

ORIENTADOR: PROF. DR. DANIEL PEREIRA ANDRADE

SÃO PAULO – SP

2015

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pereira Andrade

Pesquisadora: Paula Parnes

Sumário

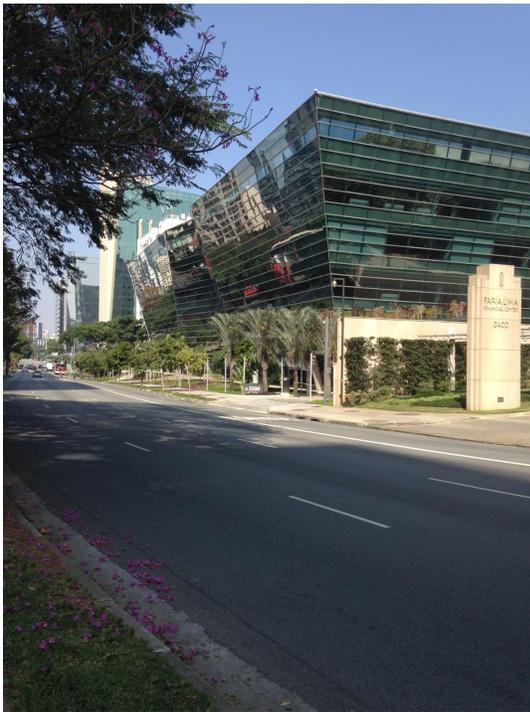
1. Apresentação
2. Introdução
3. Metodologia
4. Reflexão Teórica
 - 4.1. Cidades Globais
 - 4.2. A Globalização e o Capital
5. A Nova Arquitetura - A Arquitetura do Capital Financeiro
 - 5.1. Capitalismo e Poder
 - 5.2. Interesses, Objetivos e Consequências
6. Efeitos da Nova Arquitetura Sobre o Urbanismo e a Administração Pública
 - 6.1. Base Teórica
 - 6.1.1. David Harvey
 - 6.1.2. Raquel Rolnik
 - 6.2. Impactos
 - 6.2.1. Impactos Urbanísticos e Sobre a Administração Pública
7. Conclusão
8. Referências Bibliográficas

1. Apresentação

O presente trabalho discorre acerca dos impactos da nova arquitetura do capital financeiro sobre a dinâmica da cidade e na administração pública. A priori, utilizar-se-ia, como objeto de análise, empreendimentos paulistanos, parisienses e londrinos, na tentativa de comparar a percepção dos profissionais envolvidos quanto a tais impactos e, em última instância, o papel das administrações municipais de modo a exigir uma cidade mais harmoniosa. Contudo, em vista das limitações orçamentárias e do prazo para a entrega final, optou-se pela pesquisa única e exclusiva sobre três empreendimentos paulistanos localizados na Avenida Brigadeiro Faria Lima, uma das vias mais representativas desse modelo de capital e que concentra inúmeras sedes de grandes empresas. Mais especificamente, os edifícios Pátio Vitor Malzoni, Faria Lima 3500 e Condomínio B13 (Edifício Pedro Mariz).



Edifício Pedro Mariz¹



Edifício Faria Lima 3500²

¹ Arquivo próprio

² Arquivo próprio



Pátio Vitor Malzoni³

2. Introdução

Ao longo de toda a História, independentemente da vertente pela qual a mesma for analisada, a arquitetura e o poder sempre estiveram intimamente entrelaçados. A função social da arquitetura mudou conforme a época na qual as construções estavam imersas. Isto é, os objetivos e as consequências no âmbito sociológico das edificações mudaram conforme o panorama histórico modificou-se. Uma linha do tempo arquitetônica relacionada com o poder pode ser traçada atravessando os períodos da arquitetura religiosa, a arquitetura de exibição dos Estados Nacionais, a arquitetura do controle e um último momento da arquitetura do capital. O primeiro momento é marcado por Igrejas e casas religiosas, o segundo por palácios e sedes governamentais, o terceiro momento por construções como o Panóptico de Bentham e o quarto momento é marcado por arranha-céus espelhados. Vale como destaque os últimos três

³ Arquivo próprio

momentos – sempre levando em conta que a História é um processo cumulativo no qual cada momento retém influências dos que vieram anteriormente. Referente à dominância política, a História é banhada em exemplos entre os quais encontram-se a *bélle époque*, a estética totalitária – arquiteturas nazista e fascista – assim como o modernismo – um exemplo dessa época é a construção do Ministério da Educação no governo de Vargas⁴, – entre outros casos. Todos mencionados acima encaixam-se em um padrão de objetos no que se diz respeito ao objetivo da propagação de uma ideia proposta pelos Estados. A arquitetura do controle tem como ícone, como já mencionado, o Panóptico, idealizado por Bentham e estudado por Foucault, foco de a *5ª Conferência de a Verdade e as Formas Jurídicas*. Esse modelo é a estrutura fundamental de uma arquitetura que inverte a arquitetura de espetáculo e torna-a uma arquitetura de vigilância (FOUCAULT, 1996, p. 106). A proposta de Bentham é uma arquitetura de praticidade no qual os envolvidos sejam ou observadores ou observados, esses campos não convergindo, e o observador tendo consciência de seu poder a todo momento. Por fim, a arquitetura do capital financeiro, que será estudada nesse projeto. Será analisada a semelhança entre os casos ilustrados acima com a preeminência do capital financeiro na contemporaneidade e a arquitetura do mesmo, a forma como essa arquitetura possibilita uma observação sobre a cidade, um domínio físico – arquitetura e urbanisticamente – e ideológico – tornando-se, no lugar do governo, o eixo central da cidade e da sociedade além de sua influência sobre a vida pública, a administração pública e os planos de urbanismo da cidade.

⁴FGV CPDOC. Anos de incerteza (1930 - 1937) > Ministério da Educação. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>> Acesso em: 29 outubro de 2015.

3. Metodologia

Partindo-se da premissa de a relação entre poder e arquitetura ser passível de dois campos de estudos – teórico e prático – ambos de importância significativa, o trabalho será dividido em duas partes.

A primeira parte do trabalho será uma revisão de bibliografia que funcionará como enquadramento para o estudo do caso pretendido. A leitura terá três focos:

- A relação entre arquitetura e poder, com a leitura de Foucault, David Harvey e Duménil e Lévy, Pierre Bourdieu, entre outros;
- A nova arquitetura do capital financeiro, com as obras de Pedro Arantes Fiori, David Harvey, entre outros;
- A atualidade e os efeitos dos campos anteriores, com a leitura de diversos autores, como, por exemplo, Pedro Arantes Fiori, David Harvey, Raquel Rolnik e com o Plano Diretor, entre outros.

A segunda parte dessa pesquisa terá fundamento prático de pesquisa de campo. Nesse segmento estão:

- Visitas à prédios pré-determinados da região da Avenida Faria Lima;
- Mapeamento das áreas estudadas (FREHSE, 2013);
- Registros fotográficos da área da Faria Lima (FREHSE, 2013);
- Entrevistas:
 - Especialistas em estudos urbanos;
 - Arquitetos de exteriores;
 - Pedestres/transeuntes.

4. Reflexão Teórica

4.1. Cidades Globais

Com a finalidade de desenvolvimento e compreensão do presente trabalho, será considerada uma Cidade Global aquela que encaixa-se na definição abaixo, elaborada pela autora Saskia Sassen.

"A crescente intensidade dos serviços na organização econômica em geral, assim como as condições específicas da produção de serviços empresariais avançados, incluindo aquelas em que as tecnologias de informação estão disponíveis, se combinam para tornar certas cidades, uma vez mais, locais chave de “produção”, papel que perderam quando a manufatura em massa se tornou o setor econômico dominante. Essas são as cidades globais, ou cidades mundiais, foco de uma nova literatura técnica."
(SASSEN, 2001, p. 01)

4.2. A Globalização e o Capital

Como já apresentado, será estudado nessa redação o papel central que o capitalismo ocupa nas relações sociais pautadas na atualidade e a ligação disso com a arquitetura.

Apesar de o capitalismo estar presente nas relações econômicas mundiais há tempo significativo, foi recentemente, com a globalização, que esse fenômeno começou a reformar as

relações internacionais e, portanto, as estruturas dos países. Ou seja, as Cidades Globais tornaram-se núcleos, pivôs, das decisões financeiras e, dessa forma, os vínculos entre os países foram reformados. "Cruciais para o desenvolvimento desses novos núcleos nessas cidades foram também a desregulamentação dos mercados financeiros, o aumento dos serviços financeiros e dos serviços especializados, a integração aos mercados mundiais, a especulação imobiliária e a gentrificação comercial e residencial de alta renda." (SASSEN, 2001, p. 02). Dessa forma, compreende-se que a globalização ressignificou os núcleos decisores da economia, assim como a volubilidade do capital, resultando na diminuição do controle estatal sob seus atores. (SASSEN, 2001). Entretanto, frisa-se que o declínio da capacidade controladora sobre a economia diz respeito aos Estados Nacionais e, em parte, à sociedade, em razão da transferência desse poder à corporações, empresas e bancos.

Posto isso, faz-se possível compreender o capitalismo como um modelo econômico que concentra o controle financeiro em agentes privados. Em última instância, nesse cenário a capacidade da sociedade em influenciar a economia declina junto com a diminuição do Estado Nacional. Vê-se, portanto, que o capital transforma as relações entre agentes privados, sociedade e governo. Como sugere Harvey, "[...] vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito." Ao iniciar essa discussão, o autor reforça a associação possível de ser feita entre o lucro e as dinâmicas da cidade. Em suma, Harvey mostra como um modelo econômico que concentra o poder decisório em agentes privados que anseiam, a qualquer custo, o lucro, constrói um modelo de cidade que atende aos seus interesses..

"Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo." (HARVEY, 2008, p. 74)

Assim, faz-se possível inferir que a relação entre o capital e o urbano não é um fenômeno recente, e que, nos dias de hoje, assume a forma dos empreendimentos financeiros, como se verá no decorrer do presente trabalho.

5. A Nova Arquitetura - A Arquitetura do Capital Financeiro

O capital financeiro apropriou-se da posição de comandante dos destinos das cidades sendo assim de inegável importância uma análise crítica sobre essa mudança estrutural no curso da História e a forma pela qual ela se configurou.

"No caso das cidades globais, cuja função primordial é a gestão financeira e administrativa dessa economia internacionalizada, o mercado de edifícios de escritório foi um dos maiores beneficiários desse processo." (NOBRE, 2000, p. 520)

De acordo com Jameson, "É no âmbito da arquitetura, entretanto, que as modificações na produção estética são mais dramaticamente visíveis e que seus problemas teóricos foram mais centralmente debatidos e articulados [...]"(JAMESON, 1991, p. 02, tradução própria)

A arquitetura que diz respeito ao capital financeiro é, tipicamente, composta de elementos como prédios espelhados e arranha-céus, geralmente ambos.

"Temas como a produção massificada e o planejamento das cidades, que foram recorrentes na arquitetura moderna, saíram de pauta. Numa sociedade dita pós-utópica em que o capital supostamente não encontra mais adversários, a "ideologia do plano" deu lugar à produção de efeitos espetaculares em edifícios isolados, que seriam capazes, por si só, de ativar economias fragilizadas, atrair turistas e investidores, e redefinir a identidade

de sociedades inteiras. Para tanto, os arquitetos renomados rechaçam a massificação e busca a diferença a todo custo em obras únicas de grande poder simbólico, nas quais se exprimem, a um só tempo, o novo poder da economia política da cultura e a crise dos programas de bem-estar social." (ARANTES, 2012, p.21)

Além desse arranjo físico ser pensado para esbanjar poder, ele tem de ser avaliado de forma minuciosa, por ter o potencial de ser extremamente prejudicial ao seu entorno. Quando analisado em uma escala macro, é passível de uma compreensão elitista e excludente, visto que delimitam-se em bolsões e/ou polos de alta tecnologia e aprimoramento, afetam as pessoas que moram e trabalham nas áreas próximas ou mesmo dentro dessas construções, além de interferir nas ruas onde se encontram. Escolher produzir esse tipo de espaço é determinar as relações entre as pessoas e com a cidade que vão ser travadas.

Em proporção particular, os arranha-céus espelhados fecham-se em si mesmos, ou são autossuficientes, mais um item de exclusividade o que pode ser uma técnica individualista no caso de planejamento urbano, além de acarretar em outros problemas, térmicos, por exemplo: os vidros que compõem as paredes exigem que aparelhos de ar-condicionado sejam utilizados para que a temperatura interior seja suportável, levando em conta o número de pessoas que trabalham nesses locais, os raios solares que atingem o interior e, no caso de São Paulo, o fato da cidade encontrar-se num país tropical. Isso leva alguns a chamarem prédios desse tipo de

estufas-verticais⁵. Além do problema interno, os espelhos unilaterais refletem os raios solares para as calçadas, aumentando a temperatura das calçadas e provocando incômodo aos pedestres. Em casos mais graves, como com o prédio apelidado de *Walkie Talkie*, em Londres, o efeito reflexivo da construção foi acusada de derreter um carro⁶.

Em escala amplificada, esses prédios concentram milhares de empregados que se deslocam em grandes distâncias. A Faria Lima, em particular, encontra-se em uma área sem acesso de transporte público por metrô, dada que a estação mais próxima (Estação Faria Lima) encontra-se no Largo da Batata, a 2.6Km do edifício Faria Lima 3500 - dos estadados, o mais próximo da estação. Ou seja, a avenida só é acessível por ônibus, a pé, ou por carros. Isso provoca um polo de trânsito que a infraestrutura urbana não estava pronta para receber além de outros problemas relacionados ao urbanismo que afetam a composição e a harmonia urbana. Sendo assim, compensações viárias são construídas para que essas obras sejam aprovadas e para que a área comporte o número estimado/desejado de pessoas. Isso deve ser estudado detalhadamente, pois influencia diretamente a administração pública da cidade e tem efeitos longos e duradouros.

É necessário manter em vista a importância que os fatos mencionados carregam dado a continuidade histórica, já mencionada, da relação entre arquitetura e poder. De acordo com

⁵ PROCEL INFO. Edifícios de Nova Iorque passam por retrofit para reduzir consumo de energia. Disponível em:

<<http://www.procelinfo.com.br/main.asp?ViewID=%7BF5EAADD6%2DCCB0%2D4E29%2DA0C4%2D482D3D66BB65%7D¶ms=itemID=%7B79CFF956%2DB197%2D451F%2D84B6%2D85C7D53C63DA%7D;&UIPartUID=%7BD90F22DB%2D05D4%2D4644%2DA8F2%2DFAD4803C8898%7D>>

Acesso em: 20 novembro de 2015.

⁶ BBC. Como foi que um arranha-céus 'derreteu' um carro? Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130904_como_luzrefletida_derrete_carro_an>

Acesso em: 20 de novembro de 2015.

Harvey (1992), a arquitetura pós-moderna, por exemplo, pega partes e pedaços do passado de maneira bem eclética e os combina a vontade.

Os pontos mencionados acima serão estudados nos ítems seguintes.

5.1. Capitalismo e Poder

Com as novas tecnologias e com o maior acesso da população à bens materiais, o mercado acabou por voltar-se à meios intangíveis que demonstrassem sua influência - não mais a aquisição de materiais. Com isso deve-se analisar a discussão à respeito da simbologia do poder.

"Num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, [...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível [...]"
(BOURDIEU, 1989, p. 05).

A arquitetura, portanto, é cabível na descrição acima e deve, então, ser analisada partindo da discussão iniciada.

Levando em conta o conceito apresentado de poder simbólico e analisando-o dentro de um contexto atual é plausível a dedução que esse novo tipo de demonstração de poder reside nas mãos daqueles que têm a possibilidade de a explorar. Isto é, cada vez mais a tecnologia avança possibilitando formas, até então inimagináveis, que podem ser usadas justamente com esse fim.

Dessa forma, estando inserido em um contexto capitalista, o mercado é competitivo para que os atores consigam o método mais eficiente para essa finalidade. Reforçam esse argumento Duménil e Lévy no ensaio sobre a crise do neoliberalismo ao apresentarem o seguinte argumento:

"A central thesis in Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution is that the overall dynamics of capitalism under neoliberalism, both nationally and internationally, were determined by new class objectives that worked to the benefit of the highest income brackets, capitalist owners, and the upper fractions of management. The greater concentration of income in favor of a privileged minority was a crucial achievement of the new social order. Income statement data make this apparent. In this respect, a social order is also a power configuration, and implicit in this latter notion is 'class' power." (DUMÉNIL; LÉVY 2011, p. 08)

Compreende-se, portanto, que o mencionado poder de classe engloba, como um todo, a discussão de poder simbólico no que se diz respeito ao firmamento da mesma. Deve-se acrescentar à esse estudo a arquitetura, finalmente, como um dos instrumentos utilizados pelos atores dominantes do mercado para demonstrarem sua hegemonia.

Como já mencionado, a arquitetura predominante do capital financeiro é, em grande medida, pensada para demonstrar poder. Como argumenta Arantes, sempre houve uma associação entre a arquitetura e o poder financeiro por causa de sua "fixidez" e alto custo, portanto essa tende a sempre aliar-se àquilo que tem condições de a manter, cada vez mais atual. Com a contemporaneidade a arquitetura, como já mencionado, sofreu mudanças estruturais e tem, portanto, como característica fundamental a individualidade e singularidade o que pode, muitas vezes, qualificar uma construção como improdutiva visto que essas são produzidas pensando em consumo e lucro e não em utilidade. (ARANTES, 2012).

Levando em conta os argumentos apresentados acima, é possível afirmar que "o direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto." (HARVEY, 2008, p. 87) Deve-se, portanto, compreender que está ocorrendo uma privatização de algo estruturalmente público (HARVEY, 2008, p. 86), visto que o urbanismo e a cidade como um todo pertencem à população. Entretanto, com o advento e o fortalecimento do capitalismo fica claro que esse direito vem sendo diluído em formas não palpáveis, o que dificulta o impedimento desse fenômeno. Arantes reafirma isso ao dizer que "alcançar o "imateiral" por meio da mais tectônica das artes, a arquitetura - um aparente contrassenso -, é produzir um valor intangível, mas socialmente verificável, como representação de um poder corporativo [...]." (ARANTES, 2012, p. 55)

Essa questão pode ser levada adiante se analisada no âmbito artístico. Ou seja, se a arquitetura for apreendida como um elemento artístico em conjunto com seu valor imobiliário, pode-se analisar essa questão por mais um viés. Isto é, com a crise do petróleo em 1973, o

capital perdeu seu lastro e os investidores, portanto, tiveram que encontrar alternativas para que o capital não entrasse em crise. A solução encontrada foi o investimento em imóveis e em arte. Sobre isso Crimp analisa que "[...] é a virtual tomada da arte pelos grandes interesses corporativos. Porque, seja qual for o papel desempenhado pelo capital na arte do modernismo, o atual fenômeno é novo precisamente por causa do seu alcance. As corporações se tornaram, em todos os aspectos, os principais patrocinadores da arte." (HARVEY, 1989, p. 64). Dessa forma mais uma vez é pontuado que a arquitetura serve como meio para que grandes entidades demonstrem e mantenham seu poder.

5.2. Interesses, Objetivos e Consequências

Como já apontado, o interesse por trás da construção de obras icônicas de arquitetura é, em suma, o lucro advindo das mesmas, como menciona Arantes em sua obra, fazendo referência a um "valor intangível mas socialmente verificável" (ARANTES, 2012, p. 55). Os prédios desse novo tipo de arquitetura são pensados para demonstrar o poder que as entidades sediadas nos mesmos possuem e, com isso, impulsionarem suas atividades provendo maior lucro. "O interesse que prevalece, mesmo do ponto de vista dos gestores públicos, é mercantil: estimular os negócios por meio de um investimento chamariz e ativar a economia local com a atração de empresas e pessoas solventes." (ARANTES, 2012, p. 35). Ou seja, de acordo com o próprio autor, essas construções têm como objetivo primordial a atração de atenção e dinheiro internacional.

É necessário, também, avaliar a forma pela qual a construção dessas obras se dá. Isto é, entra nessa discussão a exclusividade dos centros urbanos em relação à população de alta renda e a exclusão cada vez maior da população de baixa renda cujo destino é a periferia. As novas construções mencionadas, de ponta, fomentam essa cisão entre a sociedade e agravam, cada vez mais, essa situação tornando-a, possivelmente, definitiva.

Esse processo é histórico e pode ser analisado, por exemplo, nas reformas de Margareth Thatcher em Londres quando foram criadas barreiras econômicas relacionadas à renda e preços no centro para que o acesso da população de baixa renda fosse detido. Harvey analisa essa situação conjuntamente com a do Rio de Janeiro e defende que:

"O problema é que o pobre, em situação de insegurança de renda e frequentes dificuldades financeiras, pode ser persuadido facilmente a comercializar este recurso por um pagamento relativamente baixo. O caracteristicamente rico se recusa a dar seus recursos por qualquer preço, [...]. Aposto que dentro de quinze anos, se a tendência atual continuar, todas aquelas ladeiras ocupadas por favelas no Rio de Janeiro serão cobertas por condomínios de alto padrão com fabulosa vista para a idílica baía, enquanto os primeiros moradores terão sido removidos para alguma periferia remota." (HARVEY, 2008, p. 85)

Dessa forma fica claro que a construção de novas obras arquitetônicas exaltam essa diferença e aprofundam a cisão historicamente delimitada. Arantes, em sua obra, comenta sobre o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, e cita que "segundo Vainer, a participação popular na elaboração do plano foi postiça e seu resultado é uma 'bem orquestrada farsa cujo objetivo tem sido o de legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes da cidade.'" (ARANTES, 2012, p. 45) Mais uma vez esclarece-se que o interesse por trás do urbanismo é, de fato, elitista e são excluídos do debate real a população de baixa renda.

6. Efeitos da Nova Arquitetura Sobre o Urbanismo e a Administração Pública.

6.1. Base Teórica

6.1.1. David Harvey

O debate acerca da cidade, centro metropolitano, seus usos, atributos, qualidades e desafios para David Havey, em sua obra *Cidades Rebeldes*, inicia-se com uma análise baseada em Henri Lefebvre. Harvey discorre sobre as crenças de Lefebvre e como suas próprias vão de acordo ou contra as mesmas. *La droit à la ville (O direito à cidade)*, obra de Lefebvre de 1967, é posta na redação de Harvey como ponto chave para a compreensão do papel da cidade em seus questionamentos. Lefebvre discorre sobre o direito através de dois vieses:

"Esse direito, afirmava ele, era ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência

era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível” (HARVEY, 2012, p. 11)

Em seguida, esse debate inicial é entrelaçado com outros dois pontos por Harvey, que tornam a discussão ainda mais relacionável com a contemporaneidade: movimentos sociais e a população marginalizada.

Ao discorrer sobre a importância dos movimentos sociais, o autor ressalta que para a compreensão de o que se trata o direito à cidade, Lefebvre não deve ser levado ator predominante da discussão, mas sim os embates que de fato ocorrem nos espaços públicos da cidade. Ou seja, para ele, o fator determinante para essa discussão são os choques entre os movimentos sociais urbanos. Harvey argumenta que é através desses que o debate acerca do significado e do objetivo, por assim dizer, da cidade é definido. (HARVEY, 2012) A partir dos movimentos sociais surge o que o autor James Holston define como “cidadania insurgente”, além de outros processos e movimentos que têm a democracia como objetivo maior, como “orçamento participativo”, o processo no qual a população toma parte na tomada de decisão a respeito da distribuição do orçamento municipal, mencionado por Harvey como exemplo. (HARVEY, 2012)

O segundo ponto, referente à população marginalizada, é tido também como central no debate da cidade. Harvey aponta que as lutas políticas são fundamentadas tanto por “intenções visionárias quanto por aspectos e razões de natureza prática.” (HARVEY, 2012, p. 21). Como exemplo, o autor menciona:

“Moradores de baixa renda em comunidades negras que lutam pelo tipo de desenvolvimento que vá de encontro a seus desejos e necessidades, pessoas sem-teto que se organizam por seu direito à moradia e aos serviços básicos e jovens negros LGBTQ que lutam por seu direito à segurança nos espaços públicos.” (HARVEY, 2012, p. 21)

A partir de então, o autor passa a discutir o processo de urbanização e insere nesse debate como fator condicionante o capitalismo. Harvey defende veementemente que todo o processo de urbanização sempre foi e ainda é guiado pela produção de excedente. Levando em conta o cenário criado acima, com base em movimentos sociais e população marginalizada, torna-se evidente que a urbanização, ou em outro contexto o urbanismo, deve desvincular-se do capitalismo. Apesar disso, a realidade das grandes metrópoles ainda está inserida em um contexto que gira intensamente em torno do financeiro. Harvey elenca diversos casos para comprovar essa tese. A qualidade de vida, por exemplo, é mercadoria; atingível por aqueles que têm dinheiro. Também, o consumismo, o turismo, a cultura e, por extensão, a própria cidade. O autor entra na discussão da necessidade de possuir dinheiro para poder adentrar o que é

denominado como “liberdade de escolha do mercado”, ou seja, a falta de liberdade daqueles que têm todas as alternativas fora de alcance.

Para Harvey, o debate contemporâneo sobre o direito a cidade baseia-se primordialmente na questão apontada acima. A discrepância exagerada existente entre o modo de vida dos mais e dos menos abastados e o modo como a cidade modifica-se de acordo com isso. Um exemplo evidente é o caso mexicano, que desde o final da década de 1980 viu o surgimento de catorze bilionários além do homem mais rico do mundo, Carlos Slim, paralelamente com a estagnação ou diminuição da renda dos mexicanos mais pobres (HAREVY 2012). David Harvey, então passa a analisar a distribuição física das cidades e evidencia a relação:

“Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante. A proteção neoliberal aos direitos da propriedade privada e seus valores torna-se uma fonte hegemônica de política, mesmo para a classe média baixa.”(HARVEY, 2012, p. 48)

Ao associar o ponto acima com os dois iniciais, movimentos sociais e população marginalizada, um desenho claro aparece na distribuição urbana:

“(...) está se dividindo em partes distintas, com a formação aparente de muitos “microestados”. Os bairros ricos, que contam com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadras de tênis e patrulha de policiamento privado ininterrupta nas ruas, veem-se cercados por assentamentos ilegais onde a água só é disponível nas fontes públicas, não há serviços básicos de saneamento a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se transformam em lamaçais sempre que chove e onde o compartilhamento de uma mesma casa por várias famílias é a norma. Cada segmento parece viver e funcionar autonomamente, agarrando-se com todas as forças ao que conseguiu para se na luta cotidiana.” (Marcello Balbo *Apud* HARVEY, 2012, p. 49)

O autor então aponta que, sendo este o cenário atual das cidades, apesar da dificuldade evidente da compreensão da cidade como um “corpo político coletivo, um lugar no qual e a partir do qual poderiam surgir movimentos sociais progressivos” (HARVEY, 2012, p. 49), existem e resistem movimentos sociais urbanos. Estes lutam contra a solidificação do padrão que vem sendo traçado, contra o isolamento e contra a diluição do conceito de cidadania. Os movimentos sociais em questão, também, buscam conscientizar a população e simultaneamente impedir a compreensão exclusivamente como um negócio ou empreendimento, por parte estatal,

capital empresarial e pelos empreiteiros, sobre a cidade. Isso tem impacto, além de nos quesitos enumerados, sobre a desapropriação da população de baixa renda por parte das empreiteiras e capital financeiro, apoiados pelo Estado. Esse processo de expulsão tem como consequência uma valorização radical das área em questão, o que instiga a reprodução desse processo dado o preço baixíssimo a qual a terra foi adquirida e o lucro advindo da mesma.

6.1.2. Raquel Rolnik

O último aspecto mencionado na análise da obra de Harvey acima, sobre as condições de moradia da população de baixa renda, é objeto de estudo da obra de Raquel Rolnik *Guerra dos Lugares*.

A autora inicia sua análise elencando diversos casos ao redor do mundo que evidenciam a urgência da questão. Rolnik define os exemplos como “a expressão e o resultado, a partir da primeira década do século XXI, de um longo processo de desconstrução da habitação como um bem social e de sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro.” (ROLNIK, 2015, p. 26) Ou seja, para ela, com o passar do tempo e com o maior alcance do neoliberalismo, o tópico de moradia passou a ser compreendido como um produto, e não mais como um direito.

A questão do excedente também está presente em sua redação. Rolnik elabora sobre “a tomada do setor habitacional pelo setor financeiro” (ROLNIK, 2015, p. 28) como sendo uma estratégia econômica e financeira, relacionando a economia com a área em questão de modo a gerar uma forma de reserva de valor. A autora continua a discorrer sobre o tema, concluindo que "a própria habitação tornou-se uma mercadoria fictícia quando foi tomada pelas finanças."

(Mariana Fix; Ugo Rossi *Apud* ROLNIK, 2015, p. 29) Com esse argumento, Raquel Rolnik retoma a questão do redesenho das cidades com base no valor de determinadas localidades.

Surge então, em sua obra, a problemática relação entre o capital e o mercado imobiliário, que tem por consequência a exclusão da população de baixa renda do centro urbano e impede o acesso da mesma à moradia.

"Em tese, o planejamento urbano e a regulação urbanística dele decorrente deveriam operar como uma espécie de molde para a cidade ideal ou desejada. Todavia, completamente construída sob a lógica econômica e adaptada aos ritmos e estratégias do mercado, especialmente os dos incorporadores e promotores de investimentos imobiliários para os setores de maior renda, a legislação urbana serve basicamente para definir e lhes reservar as melhores áreas, impedindo sua "invasão" pelos pobres. Sua maior função - ainda mais eficaz graças à presença de mercados informais da terra - é a construção de barreiras invisíveis para conter a penetração de territórios populares nas áreas de melhor localização, garantindo sua destinação para os produtos imobiliários dos grupos de mais alta renda a cidade." (ROLNIK, 2015, p. 186)

Rolnik, assim como Harvey, direciona esse questionamento não apenas em relação à renda, mas também levando em conta as características sociais, étnicas e culturais da população. A autora defende que a liderança de um estereótipo específico da população sobre um território acarreta em pontos discriminatórios no próprio planejamento urbano. Isso, somado à vantagem econômica que a população dominante nesse sistema, homens brancos, por exemplo, possui, claramente delimita regiões vantajosas da cidade para os mesmos.

Para a maior compreensão de todo o panorama traçado, deve-se analisar o planejamento urbano utilizando-se de todos os vieses apontados aqui por David Harvey e Raquel Rolnik. Em seguida será explicitada a situação prática de como a teoria elucidada é aplicada no caso de São Paulo.

6.2. Impactos

6.2.1. Impactos Urbanísticos e Sobre a Administração Pública

Após realizar entrevistas com transeuntes e especialistas nas áreas de urbanismo e de arquitetura, fez-se possível compreender o impacto causado pelos edifícios em questão no que diz respeito à dinâmica da cidade. A priori, é necessário ressaltar que qualquer empreendimento, por menor que seja, gera dispêndios (sejam recursos naturais ou humanos, por exemplo) e transformações no espaço.

Ricardo Alberto Caruana, arquiteto e urbanista, diretor executivo da Escola da Cidade, em entrevista afirmou que não é possível analisar com certeza e precisão o impacto causado por um edifício, tanto no sentido urbanístico quanto na administração pública. Isso porque, de

acordo com ele, existem inúmeras questões envolvidas, diretas e indiretas. O professor citou algumas, como exemplos:

- O que - ou quem - ocupava o espaço previamente?
- Houve desarborização na construção?
- O edifício encontra-se em um local de nascente de rio(s)?
- Os arquitetos responsáveis e a construtora levaram em conta a questão da necessidade de se permeabilizar o solo afim de se evitar enchentes?
- De alguma forma este prédio interfere na luminosidade da via? Se sim, há diferenças quanto à interferência nas diferentes estações do ano?
- Há no prédio funcionários(as)? Se sim, de onde vem? Quais meios de transporte utiliza para chegar ali? E para retornar ao seu domicílio?

Essas, contudo, são apenas uma amostra das inúmeras indagações possíveis - e necessárias - de serem realizadas. Percebe-se que quanto maior a construção mais intensas as consequências e os impactos das questões pontuadas acima. Isso mostra-se, portanto, extremamente relevante para este estudo dado o grande porte dos prédios sendo estudados.

A Avenida Faria Lima é uma área muito movimentada da cidade de São Paulo, com grande tráfego de automóveis e de pessoas. A avenida, também, é larga o que faz com que tenha uma alta recepção de luz solar ao longo do dia e, por causa das altas construções em ambos os lados, uma grande retenção de calor. Além disso, a Faria Lima abriga predominantemente prédios de escritórios, a imensa maioria dos quais conta com um grande número de funcionários e redes de limpeza, de segurança, de estacionamento, entre outras funções. Com todas essas

características, vê-se que essa localidade é extremamente suscetível aos pontos levantados pelo Prof. Caruana, acima.

Apesar de ser impossível delimitar o impacto real que cada um dos prédios estudados tem sobre a cidade de São Paulo, nota-se que existe de fato um impacto acentuado em diversas questões. Isto é, o efeito dos edifícios não é apenas sobre um campo/área em específico, o que tornaria as consequências possivelmente menos alarmantes e mais fáceis de balancear, mas sim sobre inúmeras questões diferentes, todas as quais têm um impacto enorme sobre a cidade e o cidadão.

Para analisar o impacto sobre a vida dos moradores da cidade, foi conduzida uma entrevista com Felipe Ferro, estudante de Administração Pública da FGV. Ferro diariamente percorre um trajeto de aproximadamente nove quilômetros entre sua residência e seu local de estudo sobre sua motocicleta. É importante ressaltar que em nenhum momento de sua viagem o estudante encontra-se a menos de dois quilômetros de distância de qualquer um dos prédios foco do presente estudo.

Mesmo sendo essa a situação de Ferro, ele afirma que ao entrar na marginal pinheiros - quando está a aproximadamente cinco quilômetros de tais edificações - tem dificuldade em conduzir sua motocicleta pela via. Isso porque os raios solares são totalmente refletidos pelos prédios da Avenida Faria Lima dificultando enormemente sua visibilidade e impedindo que dirija com segurança. Para solucionar o incômodo, o estudante diz que muitas vezes opta por uma rota alternativa, mais longa.

A situação de Ferro reflete um grave problema da situação do cidadão paulistano. Suas possibilidades e seus direitos sofrem obstáculos pela valorização dada ao capital privado. Os

edifícios em questão, ao serem projetados e construídos, levam em conta apenas o conforto e segurança dos que encontram-se dentro dos mesmos, e não daqueles que não de todo o resto dos cidadãos. O fato de Ferro ter que mudar seu percurso - gerando-lhe um incômodo e um maior gasto temporal e financeiro - por causa dos resultados de obras planejadas pensando apenas no âmbito privado dos mesmos, reflete uma situação injusta, mas infelizmente verdadeira, de como o capital privado e posto em primeiro plano no planejamento urbano.

Reitera-se a necessidade de analisar todas as inúmeras variáveis que um estudo aprofundado do assunto demanda para que haja conhecimento de todos os impactos e seus desdobramentos. No entanto, espera-se que o breve caso acima mostra a complexidade desse tema.

7. Conclusão

Nessa pesquisa foi possível analisar a relação histórica existente entre o poder e a arquitetura, estudar o novo tipo de arquitetura pertencente ao capital financeiro e avaliar o impacto da mesma sobre a cidade. A pesquisa, predominantemente baseada na leitura de grandes teóricos, buscou evidenciar a relação existente entre o capital financeiro, a arquitetura e a vida nos centros metropolitanos. Para um aprofundamento e continuação coerente seria adequado o estudo mais aprofundado das normas, leis e regulamentos que existem a respeito de construções do tipo estudadas nesse estudo. Isto é, o modo como devem ser edificadas e quais compensações devem existir. Também, seria de grande pertinência um estudo com maior profundidade sobre o objeto em questão, traçando uma relação mais importante entre as informações teóricas e as evidências práticas.

8. Referências bibliográficas

- ARANTES, Pedro Fiori. 2012. Arquitetura na Era Digital-Financeira. Editora 34.
- BOURDIEU, Pierre. 2006. O poder simbólico. Editora Bertrand Brasil SA. <Disponível em: http://monoskop.org/images/b/b3/Bourdieu_Pierre_O_poder_simbolico_1989.pdf> Acesso em: 30 de setembro de 2015.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. 2010. The Crisis of Neoliberalism. Harvard University Press, p. 01-33. <Disponível em: <http://digamo.free.fr/neocrisis.pdf>> Acesso em 15 de setembro de 2015.
- FOUCAULT, Michel. 1996. A verdade e as formas jurídicas. Nau Editora.
- FOUCAULT, Michel. 1975. Vigiar e Punir. Editora Vozes. <Disponível em: <https://comunicacaodasartesdocorpo.files.wordpress.com/2013/11/foucault-michel-vigiar-e-punir.pdf>> Acesso em: 17 de dezembro de 2015.
- FREHSE, Fraya. 2013. A rua no Brasil em questão etnográfica. Disponível em: <<http://aa.revues.org/572>>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.
- HARVEY, David. 1992. A Condição Pós-Moderna. Editora Loyola.
- HARVEY, David. 2008. The Right To The City. <Disponível em: <http://davidharvey.org/media/righttothecity.pdf>> Acesso em: 13 de outubro de 2015.
- HARVEY, David. 2012. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Editora Martins Fontes.
- JAMESON, Fredric. Postmodernism, or The Cultural Logic of Late Capitalism. <Disponível em: <http://www.sok.bz/web/media/video/JamesonPostmodernism.pdf>> Acesso em: 23 de novembro de 2015.
- NOBRE, Edurado A.C.. Expansão Terciária e Novas Centralidades nas Cidades Globais: O Caso da Marginal do Rio Pinheiros em São Paulo. <Disponível em: http://www.fau.usp.br/pesquisa/napplac/trabalhos/enobre/enobre_art2.pdf> Acesso em: 17 de dezembro de 2015.
- ROLNIK, Raquel. 2015. Guerra dos Lugares. Editora Boitempo.
- SASSEN, Saskia. 2001. As Cidades na Economia Global. <Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/sam/handbook-of-urban-studies/book205304>> Acesso em: 29 de setembro de 2015.